



IMPACTOS E DESAFIOS NO PROCESSO DE ENSINO- APRENDIZAGEM ENTRE JOVENS E ADULTOS

Clarkson Henrique Santos Lemos¹, Maria Zélia Soares Feitosa², Débora Nicole Costa Silva³, Isabelly Costa Silva³, Jéssica da Costa Lima³, Vanessa da Costa Lima³, Francineide Batista da Silva Lima⁴, Lourenna Munike Loureiro da Costa⁴, Lourrany Nirley Loureiro da Costa⁵, Francisca das Chagas Loureiro da Costa⁶, Leila Cristina Araújo⁶, Rosenilda Cunha Machado⁷, Diana de Oliveira Costa⁸, Miguel José da Costa Filho⁸



<https://doi.org/10.36557/2674-8169.2025v7n8p338-366>

Artigo recebido em 29 de Junho e publicado em 09 de Agosto de 2025

ARTIGO ORIGINAL

RESUMO

O presente trabalho busca discutir o processo de alfabetização e letramento no ensino da EJA – Educação de Jovens e Adultos, neste contexto, será pautada conceitos e teorias, apresentando a história dessa modalidade de ensino no Brasil, assim como o papel do professor no processo deste ensino. Ademais, será elencada a importância desse ensino e seus impactos, perspectivas e desafios, expondo o perfil do sujeito que a utiliza, e o seu crescimento no reencontro com a escola, e pôr fim serão apresentadas algumas contribuições de Paulo Freire como um dos grandes pensadores teóricos desse ensino. Foi elencada uma metodologia qualitativa e descritiva no aspecto e escopo elencado. Diante desse contexto, este estudo tem como objetivo analisar e reforça a importância do impacto da valorização cultural e identitária do sujeito da EJA, para que haja a reconstrução social e educacional no eixo escolar, fortalecendo a promoção da educação e ações integradas nos enlacs da alfabetização e do letramento.

Palavras-chave: Ensino-Aprendizagem, EJA, Alfabetização e Letrament

IMPACTOS E DESAFIOS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM ENTRE JOVENS E ADULTOS

ABSTRACT

This paper discusses the literacy and literacy process in EJA (Youth and Adult Education) education. Within this context, it will explore concepts and theories, presenting the history of this teaching modality in Brazil, as well as the role of the teacher in this teaching process. Furthermore, it will highlight the importance of this teaching and its impacts, perspectives, and challenges, exposing the profile of the individual who uses it and their growth in reconnecting with school. Finally, it will present some contributions from Paulo Freire, one of the great theoretical thinkers of this teaching. A qualitative and descriptive methodology was used in the aspect and scope listed. Given this context, this study aims to analyze and reinforce the importance of the impact of the cultural and identity valorization of the EJA subject, so as to promote social and educational reconstruction within the school axis, strengthening the promotion of education and integrated actions in the links between literacy and literacy.

Keywords: Teaching-Learning, EJA, Literacy and Literacy.

Instituição afiliada – Instituto Federal do Piauí- IFPI¹, Universidade Estadual Vale do Acaraú -UVA², Faculdade de Ciências e Educação do Caparaó³, Faculdade Santo Agostinho – FSA⁴, Faculdade de Ensino Superior do Piauí – FAESPI⁵, Instituto de Ensino Superior Múltiplo – IESM⁶, Faculdade Einstein – FACEI⁷, Universidade Estadual do Piauí – UESPI⁸.

Autor correspondente: *Clarkson Henrique Santos Lemos, clarkhenryque@gmail.com*

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).





INTRODUÇÃO

A Educação para Jovens e Adultos (EJA) oferece ao docente um vasto contexto cultural. Os alunos chegam com suas vivências, conhecimentos prévios (muitos adquiridos através das experiências de vida) e suas identidades (algumas em construção). O professor deve prepara-se para lidar com essa diversidade, valorizando cada uma e usando como viés de desenvolvimento individual e coletivo da turma. O presente trabalho busca investigar os desafios no processo de ensino e aprendizagem na sala de aula da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Os objetivos específicos consagram-se em compreender a introdução da EJA no Brasil; apresentar a importância do docente nessa modalidade de ensino, entender as contribuições de Paulo Freire, e pontuar a evasão escolar como um dos principais problemas da EJA (Hooks, 2013).

É sabido que a diversidade cultural é relevante para a sobrevivência da humanidade na terra, pois representa uma característica evolutiva que é fundamental para o nosso sucesso como uma espécie. Acredita-se que a conservação de sociedades menos desenvolvidas, seria prejudicial para os indivíduos dentro dessas sociedades, pois seria negar-lhes os benefícios de avanços tecnológicos e médicos desfrutados pelos indivíduos do mundo desenvolvido, em que se deixe de valorizar sua cultura original. Trazendo para as perspectivas do ambiente escolar a diversidade da sala de aula ocasiona dificuldades aos educadores, em alcançar seus objetivos de atender aos interesses e necessidades dos educandos, que trazem consigo valores, conhecimentos, atitudes, linguagens, diferentes saberes. As experiências de vida devem ser valorizadas. A EJA traz consigo alunos com bagagens imensas, sendo preciso valorizar esse conteúdo nos processos de ensino e aprendizado (Freitas, 2018).

É relevante trabalhar a temática, pois é necessário resgatar a identidade dos alunos, através do respeito às suas origens e da valorização da diversidade cultural, perfazendo com que eles se percebam como seres participantes de uma sociedade, e esses mecanismos adentram o processo de alfabetização e letramento. O caminho que se almeja ser percorrido pelos alunos, em sua maioria, não vem contribuindo para valorização e resgate da cultura e das identidades encontradas no contexto escolar. Em sua maioria apresentam conteúdos que requererem dos alunos um conhecimento prévio, e isto servem de divisor



entre os alunos na sala de aula, pois nem todos os alunos partem de um mesmo ponto, ou seja, lidamos com níveis de conhecimentos prévios diferentes.

Ao deparar-se com as dificuldades em seus processos de aprendizagem, muitas vezes, os alunos, começam a apresentar desinteresse e isto gera a indisciplina, faltas às aulas e evasão escolar. Diante das informações descritas, apresenta-se a situação-problema que a pesquisa consiste em: Como ocorre o processo de ensino e aprendizagem na EJA?

METODOLOGIA

Este estudo utiliza-se de um método qualitativo de cunho bibliográfico. Segundo, Kirk & Miller (1986) o pesquisador procura verificar e identificar um problema por meio de estudos acerca do objetivo traçado. Desse modo, o cunho bibliográfico consiste no levantamento através de leituras, fichamentos e resumos de todos os trabalhos já realizados acerca da temática. Conforme, Gil (2008) a busca bibliográfica almeja analisar materiais de naturezas diversas, proporciona o estudo de fatos e/ou pessoas com as quais formas de contatos são impossibilitadas, seja por distância ou motivos temporais, um levantamento através de leituras, fichamentos e resumos de todos os trabalhos já realizados acerca da temática.

Pretende-se construir uma leitura aprofundada objetivando compreender a dimensão do problema e suas possíveis soluções. Após selecionar o material, é factual o início da fase exploratória, que consiste em uma caracterização do problema, não busca resolvê-lo de imediato, mas caracterizá-lo a partir de uma visão geral e aproximativa do objeto pesquisado. Esta metodologia é recomendada quando o objetivo é explorar áreas de pesquisa substancial e avaliar a amplitude de dados disponíveis sobre uma temática específica.

A pesquisa bibliográfica foi conduzida nas bases de dados PubMed, *Scopus*, *Web of Science* e SciELO, abrangendo artigos publicados dos últimos 23 anos. Foram utilizados descritores em inglês e português, como “Teaching-Learning,” “literacy and literacy”, “health impacts”, “Youth and Adult Education”, “educação nas escolas”, combinados com operadores booleanos “AND” e “OR”. Apenas artigos revisados por pares, revisões sistemáticas, estudos experimentais e relatos de caso relacionados diretamente ao tema foram incluídos.

Os critérios de inclusão foram estudos que abordassem os impactos e desafios no processo de ensino-aprendizagem entre jovens e adultos no contexto social, como métodos educativos inovadores, desafios na função docente, detecção ativa de processo de alfabetização e letramento emergentes. Assim, excluindo-se, artigos publicados fora do período de estudo e que não estivesse dentro do tema proposto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO



1. A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

A EJA é uma modalidade de ensino que se consolidou no Brasil por meio das ideias de alguns educadores, a exemplo Paulo Freire e Anísio Alves da Silva. Respectivamente um dos representantes da luta por uma educação popular e um professor pioneiro na modalidade, pois a implantou em 1960 (antigo miniginásio) como um curso rápido e preparatório para exames, o objetivo era atrair pessoas que haviam desistido do ensino regular. Esta modalidade é regulamentada pelo artigo 37 da Lei de Diretrizes e Bases da educação – LDB de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1997). A Educação para Jovens e Adultos tornou-se estímulo para a cidadania ativa e no desenvolvimento de uma consciência por meio de uma cultura de direitos humanos. Representa um dos maiores desafios na educação por atender um público que aparenta enfrentar problemas sociais de inclusão.

O artigo 37 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9394/96 – prescreve que “a educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”. Nessa perspectiva, coerente com o perfil destes educandos, o papel fundamental dessa modalidade de ensino é “superar o ensino de caráter enciclopédico, centrado mais na quantidade de informações do que na relação com o conhecimento” (Paraná, 2008).

Na história desse ensino, pontua-se que em 1934 a Constituição Federal instituiu no Brasil a obrigatoriedade e gratuidade do ensino primário para todos, havendo então em 1942 a ampliação da reforma educacional, reconhecendo a Educação de Jovens Adultos como modalidade de ensino (Soares, 2014). Mediante o fim da Segunda Guerra Mundial, a EJA passa a ser considerada uma educação diferenciada do ensino regular, então no final dos anos cinquenta e início dos sessenta, observa-se o crescimento de uma nova visão na educação brasileira, baseada nas ideias de Paulo Freire que desenvolveu uma pedagogia voltada para as necessidades das camadas populares, através de uma educação de jovens e adultos emancipadora e libertadora.

Soares (2014) destaca que “Paulo Freire definia já a alfabetização como conscientização, politização, meio de tornar o homem o homem consciente de sua realidade e de sua possibilidade de transformá-la”. Pontua-se que a execução do Plano Nacional de



Alfabetização (PNA) visando a construção de uma política nacional de alfabetização de jovens e adultos, foi de fundamental importância, porém mediante o golpe militar de 1964 houve impedimento da organização de muitas experiências nessa área. Então, alguns anos mais tarde, o próprio governo militar criou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL).

A partir da publicação da Lei 5692/71 é criado um capítulo para o ensino supletivo e o Parecer 699/72, do Conselho Nacional de Educação (CNE), atribuindo cursos supletivos seriados e os exames com certificação. Então a partir de 1985 o governo federal extinguiu o MOBRAL e criou a Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos (Fundação EDUCAR). Foi então em 1986 que é organizada uma Comissão que cobrava do estado a oferta gratuita do ensino de 1º Grau aos jovens e adultos, considerando as características específicas da modalidade.

2. O PAPEL DO PROFESSOR NO PROCESSO DE ENSINO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Ser um docente não é fácil, seja qual for a modalidade de ensino. Mas quando pensamos nos emblemas que envolvem a educação voltada para jovens e adultos notamos algumas dificuldades a mais. O professor precisa interagir com o aluno em todas as perspectivas. Não basta apresentar o conteúdo, ensinar com clareza e fazer com que eles aprendam as noções básicas da educação. É preciso que cidadãos críticos e reflexivos sejam criados, indo além, que esses indivíduos se sintam representados naquele cenário e possam passar aos outros um pouco de sua identidade aprendendo a respeitar o “eu” do outro. Caso o educador não tenha essa habilidade ou mesmo tendo é necessário capacitações para que elas sejam aprimoradas.

Os alunos que compõem a EJA são, em sua maioria, trabalham durante o dia, mulheres que são donas de casa e mães, adultos, idosos que abandonaram o ensino regular por motivos diversos. Dotados de culturas, etnias, religiões e crenças distintas. Esses protagonistas evadem até dessa modalidade de ensino quando percebem não estarem representados. Os programas educacionais, por vezes não abordam a realidade de seu público:

De um modo geral, os sujeitos da EJA são tratados como uma massa de alunos, sem identidade, qualificados sob diferentes nomes, relacionados diretamente ao chamado "fracasso escolar". Arroyo (2001) ainda chama a atenção para o discurso



escolar que os trata, a priori, como os repetentes, evadidos, defasados, aceleráveis, deixando de fora dimensões da condição humana desses sujeitos, básicas para o processo educacional. Ou seja, concepções e propostas de EJA comprometidas com a formação humana passam, necessariamente, por entender quem são esses sujeitos e que processos pedagógicos deverão ser desenvolvidos para dar conta de suas necessidades e desejos (Andrade, 2004, p. 1).

O processo de formação docente é essencial no exercício da função. Levando nas perspectivas da EJA, para que as competências e conhecimentos sejam atendidos novas exigências pedagógicas são necessárias. Essa modalidade de ensino exige uma postura atuante, ensinar na educação de jovens e adultos solicita que o docente seja:

[...] coerente, competente, que testemunha seu gosto de vida, sua esperança num mundo melhor, que atesta sua capacidade de luta, seu respeito às diferenças, sabe cada vez mais o valor que tem para a modificação da realidade, a maneira consistente com que vive sua presença no mundo, de que sua experiência na escola é apenas um momento, mais de um momento importante que precisa ser autenticamente vivido (Freire, 1996, p. 24).

O currículo da EJA deve ser multicultural, ou seja, possuir propostas educativas que levem em consideração as diferenças sociais, linguísticas, culturais, econômicas, étnicas, de gênero e demais diferenças. Essa modalidade de ensino, assim como as outras apresenta dificuldades, mas não deixa de lado sua importância. É preciso visualizar as estratégias e desempenhá-las. A EJA encaixa-se nas premissas freirianas “Educação Libertadora”, onde o sujeito consiga evoluir, transparecendo mais humanidade em suas plenitudes funcionais, tornando-se um ser humano consciente de seus direitos, deveres e do seu papel em sociedade. Também ensina a remontar a diversidade cultura, aprendendo a respeitá-la e a trabalhar com ela como ferramenta metodológica (Almeida, 2006).

A escola deve investir na formação do profissional, promovendo acessibilidade, desenvolvendo habilidades e possibilitando que ele desenvolva um trabalho eficaz. Os docentes enfrentam inúmeros desafios para desenvolver-se. A heterogeneidade, evasão, juvenilização das turmas, falta de recursos didáticos, baixo estima dos educandos e até mesmo a rigidez educacional. Eles estão em constante busca por meios que promovam permanência na instituição, desenvolvam o interesse dos sujeitos, promovendo cidadania, inclusão e respeito. Segundo Paulo Freire (1987): “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”, sem medir seu gênero, classe econômica, status social, cultura ou religião.



Vygotsky (1978) aborda que ser professor implica em dar assistência ao aluno, oferecendo-lhe apoio e os recursos necessários, para que ele seja capaz de alcançar um nível de conhecimento mais elevado do que lhe seria possível sem ajuda a chamada Zona de Desenvolvimento Proximal. É necessário trazer nos planejamentos escolares que contemplem todas as inteligências presentes naquele ambiente buscando explorá-las e desenvolve-las. Aqui estão postas algumas das reflexões que venho realizando, buscando a compreensão do problema e a busca por possíveis soluções.

O papel do professor é algo que precisa ser muito valorizado estão sempre passando por novas transformações, as salas de aula estão cada vez mais lotadas e estão sempre precisando se adequar a quantidade exagerada de alunos e conseguir ministrar as aulas independente da situação no qual se enquadram. Também precisam estar em constante estudo com novos documentos que vem surgindo como a Base Nacional Comum Curricular que dá o suporte para professor montar seu plano de aula, o plano de aula é extremamente importante, a partir dele que se pode analisar o que está sendo ensinado aos alunos terão um aprendizado de mais qualidade se o docente montar o plano de acordo com as regras.

Por mais que o professor saiba de muitas coisas sua formação passou a ser exigida nos debates educacionais, a lei nº 9394/ 96 faz das Diretrizes Bases e da Educação Nacional. O Acordo nacional e no Pacto pela Valorização do Magistério e Qualidade da Educação. Existem diversas dimensões inerentes a formação do professor; dimensão técnico científico; dimensão da formação continuada; dimensão do trabalho coletivo do projeto pedagógico; dimensão dos saberes para ensinar; a dimensão do crítico- reflexivo; a dimensão avaliativa.

Segundo Hooks (2013) dentro da sala de aula tem que existir uma interação entre professor e aluno, e que se não for assim a aula não rende e fica difícil a aprendizagem, ou seja, é uma troca, o professor passa o conhecimento e o aluno retribui com a aprendizagem, o aluno tem que socializar dentro da sala de aula com os colegas e professor seu conhecimento e não apenas escutar. Freire (1968) corrobora com a discussão trazendo que o aluno é visto como um depósito onde o professor fala e ele absorve, sendo que o discente também é detector do conhecimento.

2.1 FORMAÇÃO DOCENTE E O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM



As instituições de ensino vêm sofrendo profundas transformações durante essas últimas décadas, tendo em vista que essas mudanças têm sido causadas pela revolução das tecnologias de informação e comunicação (TICs), que além de causar impactos na vida das pessoas, atingiu assim pilares na educação no ensino superior: A construção e divulgação do conhecimento; a valorização do ensino e aprendizagem na formação docente continuada (Masetto, 2015).

Libanêo (2012) reforça que os educadores são cientes para reconhecer a aproximação desse mundo globalizado com suas transformações científicas e tecnológicas que assumem importância crucial formação do cidadãos participantes de todas instancias da vida social, ampliando novos saberes com transmissão-assimilação ativas com conteúdo escolares, com seu desperta da autonomia, senso crítico e criativo, para exigências posta pela sociedade que integra a comunicação, informática e globalizada e conjunção de universos culturas e reflexivas.

Mediante essa mudança estrutural a formação dos professores se reconfigura com novas proposta pedagógicas e processos que tragam resultados de aprendizagem, com os princípios de oferecer a escola o serviço de qualidade e condições mais efetivas de exercício intelectual e político, um desafio que a educação escolar se põe neste século (Libanêo, 2012):

Novas exigências educacionais pedem às universidades e cursos de formação para o magistério um professor capaz de ajustar sua didática às novas realidades da sociedade, do conhecimento, do aluno, dos diversos universos culturais, dos meios de comunicação. O novo professor precisaria, no mínimo, de uma cultura geral mais ampliada, capacidade de aprender a aprender, competência para saber agir na sala de aula, habilidades comunicativas, domínio da linguagem informacional, saber usar meios de comunicação e articular as aulas com as mídias e multimídias (Libanêo,2012, p.04).

O processo de construção de saberes dos professores tem na formação inicial a sua base de com apoio e na formação continua, que se vem construindo-se a sala de aula não apenas como espaço de ensino, mas também como parte de sua formação, ou seja, um espaço educativo que ele desenvolve práticas formativas e investigativas que fomentar os seus saberes (Cunha, 2009). Dessa forma, os saberes dos professores são construídos ao longo de sua carreira e na prática docente, a razão que distinguem um saber com dos outros, é que o conhecimento é constante e vai adquirindo ao longo do tempo. São saberes temporais, cuja a construção é socialização profissional, fases e mudanças, que constituem um conjunto de



conhecimentos, desde a relação profissional, com a experiência de vida e com suas relações com os alunos na sala de aula (Cunha, 2009):

Entender a influência educativa dos professores como um ato de interlocução qualificada que se afirma ao nível da organização social do espaço, do tempo e dos instrumentos da aprendizagem, bem como ao nível de apoio necessário que se promove e organiza para que os alunos aprendam e aprendam a aprender (Cosme, 2017, p. 770).

Para Masetto (2015) o acesso as informações hoje encontram-se à disposição de todas pessoas de forma imediata, em tempo real, nos colocando, inclusive, em contato direto com os próprios autores e pesquisadores desse conhecimento. E que os alunos, por sua vez, através, dos aparelhos e recursos eletrônicos acessam tais conhecimentos e são bombardeados incessantemente por uma grande quantidade de informações, inclusive por aquelas que se referem à sua profissão, e isto sem mediação do professor. Mais mediante o mesmo autor, o processo de ensino aprendizagem por sua vez ocupou a centralidade do ensino: isto quer dizer que se antes o foco se colocava no “ensinar” entendido como transmissão de informações e conteúdo de disciplinas aos alunos, hoje o foco encontra-se na valorização de outro processo à aprendizagem.

A formação dos professores têm agregado saberes produzidos em diferentes áreas do conhecimento não significa a superação das abordagens fragmentadas de educar, mais é necessário construir competências do saber no sentido de reconhecer e implementar uma ação, que tenha como objetivo que inter-relacionar com ideias e conceitos de interdisciplinaridade, e esta ação envolve saber multidisciplinares de diferentes profissionais da formação que se podem buscar a constante inovação pelo conhecimento científico, pesquisa colaborativa, pensamento crítico e reflexivo, autonomia e ampliação nos conhecimentos científicos e tecnológicos (Cunha, 2009).

Na vida cotidiana, cada vez maior número de pessoas é atingido pelas novas tecnologias, pelos novos hábitos de consumo e indução de novas necessidades. Pouco a pouco, a população vai precisando se habituar a digitar teclas, ler mensagens no monitor, atender instruções eletrônicas. Cresce o poder dos meios de comunicação, especialmente a televisão, que passa a exercer um domínio cada vez mais forte sobre crianças e jovens, interferindo nos valores e atitudes, no desenvolvimento de habilidades sensoriais e cognitivas, no provimento de informação mais rápida e eficiente (Libanêo, 2012, p.07).

Em relação ao professor na contemporaneidade, com o processo da formação docente diz respeito:



As formas de produção e apropriação dos saberes, que se constituem atualmente como umas áreas centrais de reflexão da educação devido às transformações pelas quais a sociedade contemporânea está a passar, têm vindo também a modificar (Cunha, 2009, p. 1053).

Nesse sentido, um dos desafios que atualmente se coloca tem a ver com o preparar os elementos das novas gerações com determinadas competências que os ajudem a lidar com os desafios que doravante lhe são colocados, consegui-lo é, em parte, função do professor um todo resultante de um somatório de expressões apropriadas e objetivos que são representações de uma história pessoal e profissional, cuja novas abordagens é aliados de utilização de novos recursos, linguagens e mediação do saber de professor/aluno (Cunha, 2009):

Uma face para entender o ato de educar e como conduzir que a possibilidades da ação docente se afirmar por via reflexividade dos professores se tornar numa necessidade profissional, já que o ato de ensinar deixa de ser identificado como uma operação de formatação educativa para passar a ser abordado por via de um processo (Cosme, 2017, p. 770).

Ademais, é no âmbito de um paradigma educativo que se entende o educar como equivalente a alimentar, que se afigura como mais congruente a afirmação dos pressupostos, que subjazem a afirmação da racionalidade técnico-científica, em função da qual se espera não apropriação dos professores como profissionais reflexivos, mas que sejam capazes de discernir quais os repertórios pedagógicos e discernir mais adequados para investigação e desafios profissionais apresentados a eles (Cosme, 2017).

Diante disso, a reflexão docente assume nova direção de ensino, novas práticas, com letramento digital e científico, o aspecto que requer um professor com aparato tecnológico e isso na formação docente se torna de grande importância o processo de ensino-aprendizagem para repensar uma nova perspectiva de práticas pedagógicas em âmbito virtual sobretudo, com uma formação continuada que relaciona a teórica e prática com o universo tecnológico com possibilidades.

3. A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DA EJA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

A escola é a principal instituição na formação de ideologia de uma sociedade, é esse sistema que está ainda embutido na nossa identidade (educando e educador), gerando



assim alguns conflitos. Para Stuart Hall (2006) as diferenças regionais e étnicas ao longo do tempo foram postas num sistema de subordinação. Surgindo uma fonte poderosa de significados para as identidades culturais modernas. Quando se formou uma cultura nacional padrões de alfabetização foram criados generalizando uma única língua vernácula, pondo-a como meio dominante de comunicação em toda a nação.

A diversidade cultural, social e política encontrada no ambiente escolar são um desafio enorme para os docentes. Eles precisam atender todas as demandas em que os alunos estão inseridos, tendo que ao mesmo tempo trabalhar o currículo dito oficial, que na maioria das vezes não se adequa e/ou não retrata a realidade dos discentes. A escola é como um palco, onde professores, pais alunos e demais profissionais da instituição compõe o elenco. Neste cenário as diferentes culturas entrelaçam e são apresentadas conforme seus jeitos, pensamentos e maneiras de agir. Moreira & Candau (2003) relatam que atualmente as indagações acerca das dificuldades para lidar com as questões multiculturais em sala vem aumentando muito.

A escola é a principal instituição na formação de ideologia de uma sociedade, é esse sistema que está ainda embutido na nossa identidade (educando e educador), gerando assim alguns conflitos. Para Stuart Hall (2006) as diferenças regionais e étnicas ao longo do tempo foram postas num sistema de subordinação. Surgindo uma fonte poderosa de significados para as identidades culturais modernas. Quando se formou uma cultura nacional padrões de alfabetização foram criados generalizando uma única língua vernácula, pondo-a como meio dominante de comunicação em toda a nação.

Um dos teóricos escolhidos foi Stuart Hall, pois para esse autor é necessário um resgate da identidade dos alunos, através do respeito às suas origens e da valorização da diversidade cultural, fazendo com que eles se percebam como seres participantes de uma sociedade. O caminho que se almeja ser percorrido pelos alunos, em sua maioria, não vem contribuindo para valorização e resgate da cultura e das identidades encontradas no contexto escolar. Em sua maioria apresentam conteúdos que requererem dos alunos um conhecimento prévio, e isto serve de divisor entre os alunos na sala de aula, pois nem todos partem de um mesmo ponto, ou seja, lidamos com níveis de conhecimentos prévios diferentes.

Outro referencial definido é Paulo Freire, isso devido sua pedagogia reflexiva, onde afirma que “os alunos não se evadem da escola, a escola é que os expulsa” (Freire, 1999), A cada ano, um número expressivo de alunos, deixa as salas de aula



muitas vezes por presumir que a escola não foi feita para ele. O espaço escolar possibilita o desenvolvimento de várias identidades, assim como a identificação com estas e a demonstração da identidade que permeiam. Quando se fala de diversidade cultural pautamos as considerações feitas Paulo Freire e Stuart Hall, eles enfatizam que ela vem carregada de valores, conhecimentos e saberes, e ao trabalhá-los de forma que todos se reconheçam socialmente e culturalmente num tempo e espaços determinados tornam-se capazes identificarem e compreenderem outras culturas, valorizando-as e respeitando-as. Sendo está uma possibilidade para que esses sujeitos se transformem e compreendam a complexa vida social em que se inserem.

Os alunos que compõe a EJA são, em sua maioria, trabalham durante o dia, mulheres que são donas de casa e mães, adultos, idosos que abandonaram o ensino regular por motivos diversos. Dotados de culturas, etnias, religiões e crenças distintas. Esses protagonistas evadem até dessa modalidade de ensino quando percebem não estarem representados. Os programas educacionais, por vezes não abordam a realidade de seu público:

De um modo geral, os sujeitos da EJA são tratados como uma massa de alunos, sem identidade, qualificados sob diferentes nomes, relacionados diretamente ao chamado "fracasso escolar". Arroyo (2001) ainda chama a atenção para o discurso escolar que os trata, a priori, como os repetentes, evadidos, defasados, aceleráveis, deixando de fora dimensões da condição humana desses sujeitos, básicas para o processo educacional. Ou seja, concepções e propostas de EJA comprometidas com a formação humana passam, necessariamente, por entender quem são esses sujeitos e que processos pedagógicos deverão ser desenvolvidos para dar conta de suas necessidades e desejos (Andrade, 2004, p. 1).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (1998) possuem um conjunto de temas transversais que almejam “[...] uma prática educacional voltada para a compreensão da realidade social e dos direitos e responsabilidades em relação à vida pessoal e coletiva e a afirmação do princípio da participação política” (BRASIL, 1998). O multiculturalismo vem ocasionando inúmeros questionamentos devido às dificuldades da escola em lidar com as intolerâncias e desrespeito com o outro. Um centro educacional possui crianças vindas de diversas localidades, com etnias distintas, religiões e hábitos. Precisa lidar com tudo isso, mostrando a importância de valorizar o “eu” do outro. Peres (2000) enfatiza que mesmo a educação estando voltada para os valores, buscando o respeito aos direitos humanos, a igualdade quando se fala de oportunidades, convivência e tolerância continuam presenciando manifestações preconceituosas, marginalizadas, intolerantes e homofóbicas:



Os Temas Transversais têm natureza diferente das áreas convencionais. Tratam de processos que estão sendo intensamente vividos pela sociedade, pelas comunidades, pelas famílias, pelos alunos e educadores em seu cotidiano. São debatidos em diferentes espaços sociais, em busca de soluções e de alternativas, confrontando posicionamentos diversos tanto em relação à intervenção no âmbito social mais amplo quanto à atuação pessoal (BRASIL, 1998, p. 26).

Estes temas apresentam a proposta de uma educação comprometida, ainda mais com a cidadania, enfatizando o texto dos artigos 1º e 2º da Constituição Federal do Brasil que estabelecem fundamentos principais quando o assunto é viver com igualdade, dignidade e responsabilidade social. Almeida (2006) nessa perspectiva enfatiza que a prioridade que as práticas metodológicas oferecem aos conteúdos curriculares e a rigidez com que os planejam, impedindo que pedagogicamente os temas transversais sejam trabalhados, impossibilita as instituições de avançarem e quebrarem muitos tabus.

3.1 O CENÁRIO EDUCACIONAL COMO MOTIVADOR A EVASÃO ESCOLAR NA EJA

De acordo com a Constituição Federal em seu artigo 210, pode se ver um apontamento referente a necessidade de fixação de conteúdo para a educação, visando a garantia de uma formação básica comum na educação brasileira: “Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais”. Compreendendo então que a educação, sagra-se como sendo um direito social do cidadão, tal direito deve ser ofertado pelo estado, e ser ofertada com base nos princípios de igualdade, respeito às crenças, religiões, idade, cor da pele e respeito a concepções pedagógicas.

A aprendizagem tem sido alvo de muitas discussões no mundo atual, isto porque apesar do reconhecimento desse direito cidadão e das muitas medidas que vêm sendo tomadas para garanti-lo, ainda existem elevados índices de evasão e repetência escolar. (Reis; Cunha, 2018). Ao ponderar a necessidade de uma postura interdisciplinar para entender as causas do não aprendizado na educação, acredita-se que a aprendizagem possa ser construída através de atividades que permitam aos alunos o entendimento sobre o contexto em que ele se encontra inserido, fazendo com dessa forma ele possa perceber o seu lugar no mundo. Uma possibilidade pode ser o uso de atividades como um meio de superação das dificuldades de aprendizagem que possam vir a produzir o fracasso escolar. (Minuscoli, 2016)



De acordo com o entendimento de Haje (2017), os processos educacionais que são apresentados dentro do contexto da BNCC, consideram de forma superficial modelos culturais particularizados e passam a considerar a educação, em especial a educação, como um modelo cristalizado que deve formar alunos em um único formato. Nesse sentido, Gobbato (2016) contribui com esse pensamento enfatizando que a oferta de um ensino estático, com foco na segmentação de um processo, quebra a estrutura democrática proposta e dá lugar para um ambiente onde a educação não acontece de forma fluida, pelo contrário, ela é produzida.

Dantas (2016), expõe ainda que, ao pensar o processo educacional de forma planejada, corre-se o risco de fazer com que todo o processo educacional se torne uma forma de ação mecanizada, podendo retroceder ainda que inconscientemente para um formato mecânico, reproduzidor propriamente dito. Nesse sentido, Freitas (2018) enfatiza que ao não validar a singularidade de todo o vasto contexto em que a educação é ofertada no cenário brasileiro, a BNCC incorre em uma ação que mitiga uma liberdade de atuação docente, que passa a ter que lidar com as obrigações de cumprimento curricular, sendo essas a sua prioridade, cerceando um espaço de tempo relevante para uma ação de planejamento mais voltada à necessidade real de seus alunos.

De acordo com o entendimento de Freitas (2018), todo esse entendimento mostrado acerca da BNCC precisa ser refletido de forma ampla e bem direcionada, tendo como entendimento primordial o fato de que, a cristalização de medidas referentes ao contexto educacional precisa ser validada como pertinente e passível de articulação. Nesse sentido, Gobbato (2016) reitera que a planificação referente à oferta educacional não assegura o êxito de medidas educacionais.

Essa antítese entre teoria e realidade tende a ser prejudicial também ao entendimento do próprio aluno que passa a ter que se enquadrar dentro de um sistema educacional que valida determinadas ações e que mitiga o que o próprio sistema julga como incorreto. O prejuízo nesse caso é dimensionado na esfera cultural, social e laboral, uma vez que essa tendência afeta também profissionais da educação que precisam se adequar a um escopo que se destoa consideravelmente de sua realidade (Minuscoli, 2016).

No entendimento de Neves (2015), os entendimentos pertinentes à aplicabilidade da BNCC precisam ser discutidos, e observados os acertos e erros do documento, ao invés de ser abraçado tal qual vem sendo, como um arauto modificador que modifica a educação de forma revolucionária. Nesse sentido, considera-se que determinados objetivos só podem ser



conquistados se os conteúdos tiverem um tratamento didático específico, ou seja, se houver uma estreita relação entre o que e como ensinar. Mais do que isso, parte-se do pressuposto de que a própria definição dos conteúdos é uma questão didática que tem direta relação com os objetivos colocados, bem como com as propostas curriculares.

Neste sentido, é salutar dizer que de acordo com o texto da lei 9394/96, as concepções e princípios desta, materializam-se na vida do aluno por meio dos seus princípios, claramente expostos em seu artigo 3º, onde se lê no item IV, que o respeito à liberdade em conjunto ao apreço à tolerância, são fatores cruciais e preposicionados à coexistência entre instituições públicas e privadas de ensino. (Sargiani, 2016)

Entende-se numa perspectiva secundária que dentro de uma abordagem pedagógica, é vital que o professor compreenda que em uma abordagem educacional, a paixão com que ele repassa o conteúdo aos seus alunos, pode representar a diferença entre o desprezo e a adesão do aluno a tal repasse. (Triches; Aranda, 2016)

Sobre os conteúdos entende-se que a concepção e criação do conteúdo escolar precisam estar de acordo com as necessidades da sociedade, o currículo neste caso pode ser entendido como o elemento capaz de fazer com que a sociedade tenha efeitos positivos advindos da educação. Assim é na concepção do currículo escolar que se tem a oportunidade de fazer com que a educação transforme socialmente os alunos envolvidos no repasse do conteúdo proposto no currículo. (Santos, 2017)

Saber trabalhar as diversidades dentro do conteúdo escolar é o grande segredo para conseguir que o corpo discente e docente de uma unidade escolar consiga ter influência de um bom plano de desenvolvimento e dessa forma o professor consiga ter a competência elaborar um plano de desenvolvimento que valorize a presença de todos os envolvidos neste processo. (Dantas, 2016). O que se ambiciona com isso é a promoção de uma história de progresso e de sucesso tanto para alunos quanto para professores, neste aspecto, vê-se que a escola não pode de forma alguma ser estudada de uma única forma, sob uma única vertente e sob uma perspectiva apenas, é preciso levar em conta todo o processo de ensino-aprendizagem e todo envolvimento da escola em relação a vida do aluno (Gobbato, 2016).

Chega-se então ao entendimento de que a democratização da escola pode de forma geral ser entendida como uma parte integrante do processo de construção da mesma e automaticamente como parte importante do processo de ensino-aprendizagem. Em síntese, pode-se dizer que no que se refere ao professor, é que este entenda que há que se trabalhar



visando não mais um tipo ideal de homem, mas trabalhar tendo em vista o sentido da vida humana, neste passo, é vital que a sua compreensão no que diz respeito ao universo da escola seja macro e democrática. (Haje, 2017).

O olhar específico ao evento da evasão torna o profissional da educação apto a agir em várias frentes, é preciso considerar os fatos, levar em conta todo o histórico social e familiar do aluno para se chegar a um diagnóstico assertivo sobre o que de fato deve ser feito.

Para Amado (2017), é salutar que o aluno seja observado em todos os aspectos de sua vida, para isso, o profissional da educação pode recorrer a informações familiares e a manifestações que o próprio aluno exhibe involuntariamente tanto na sala de aula, quanto em qualquer outro ambiente da escola. Com isso, é preciso abraçar de vez a ideia de que a vontade de evadir não está fadada à sala de aula, ela ocorre também em momentos de recreação, em instantes onde é obrigatório o relacionamento com demais pessoas e até mesmo em condições onde são constatados altos índices de ansiedade por todos os alunos.

De acordo com Carita e Fernandes (2013), a evasão escolar, precisa antes de qualquer coisa, ser tratada como sério pelo profissional da educação, contudo, a seriedade que a temática exige também abre espaço para mudanças em seu trato, isto é, é perfeitamente possível que o profissional da educação e também o professor encontrem novas formas de lidar com este comportamento e encontrem juntos uma solução eficaz para o contexto que lhes é apresentado. Carita e Fernandez (2013 p. 192) continuam a dizer que:

Por ser o profissional de educação que estabelece um contato mais direto com o trabalho docente, cabe ao profissional da educação fomentar discussões sobre o processo ensino-aprendizagem escolar fazendo com que o professor repense a sua posição frente à inadequação comportamental de seu aluno, conseguindo, por meio de uma abordagem eficaz, extinguir esta situação de suas aulas.

Garcia (2014), a evasão escolar precisa deixar de ser vista como o único problema escolar tomando assim, todo o tempo que o profissional tem para trabalhar, a função deste profissional da educação não se limita a observar comportamentos inadequados, a punir alunos com mau comportamento e a coibir demais atos. Garcia (2014 p. 87) trata deste ponto mostrando que:

Dessa forma, cabe ao profissional da educação analisar, em ação conjunta com os professores, as contradições existentes entre o fazer pedagógico e a proposta pedagógica da escola. Também é necessário que o mesmo demonstre,



fundamentado cientificamente, que quando se trata de evasão escolar na escola as ações voltadas para a prevenção desta são mais eficazes do que medidas baseadas em mecanismos de intervenção, ou seja, é fundamental que se avance para uma mentalidade preventiva quando o assunto é evasão escolar, encarando esse fenômeno como previsível e deixando de vê-lo apenas no nível de intervenção.

O pensamento de Garcia (2014) faz ver que a evasão escolar para ser contida com eficácia, tem que ser observada do ponto de vista analítico e preventivo. E a atuação do profissional da educação precisa acontecer de modo integrado com o fazer e o saber pedagógico, para que com isso, se tenha um melhor controle de ações de cunho preventivo.

De acordo com Silva (2019) é possível dizer que a unidade escolar é o ambiente onde é efetivado o objetivo máximo do sistema educacional, no qual as metas governamentais são alcançadas, ou não, em que as políticas educacionais são realizadas de acordo com o antevisto, ou sofrem deformidades.

Novamente Silva (2019), diz que a escola é o lugar que simboliza a esperança, a vontade humana de aperfeiçoamento, mudança, de promoção integral do conhecimento, o “lugar social no qual a expectativa de mudança é o traço mais marcante” (SILVA, 2019). A vontade de mudança pode deparar-se com duas possibilidades: encontrar realização no trabalho ou mortificação na lei. Gaiarsa (2016, p. 53)

A lei que vale para todos é a regra gramatical e o significado do dicionário. Se eu não respeitar estas leis, ninguém me compreenderá; provavelmente, ninguém me aceitará.

Para Severino (2017), a educação brasileira com a Constituição Federal de 1988 conseguiu adquirir um melhor conceito, obtendo uma seção inteira no capítulo III, com nove artigos, além de três textos nas Disposições Transitórias.

De acordo com Oliveira (2014), o valor que a educação brasileira conseguiu é “fruto da luta pela democratização do ensino como um direito social”, ou a preconização da educação como sendo um direito de caráter subjetivo, com o homem sendo respeitado em suas singularidades.

Entretanto, Machado (2012), diz que “o direito a educação não se esgota na escolarização”, por esse motivo, é que se observa um “hiato real” entre as leis e normatizações (política educacional) e a democratização da sociedade e da instituição escolar.

A escola pública é vital para que haja mais justiça social e todos possam usufruir do bem comum produzido pela sociedade como se vê em Silva (2019, p. 37).



Iniciativas existem, esforços são realizados, recursos são consumidos: todavia há um erro no princípio em todas essas situações quando se imagina que um autêntico trabalho educativo possa acontecer sem que haja pessoas autônomas, portanto livres e responsáveis (...). A persistência de formas administrativas que não levam a uma mobilização da criatividade do pessoal que se envolve diretamente ou que presta apoio, no trabalho de ensino – aprendizagem, resulta não só em uma subutilização do potencial humano disponível, mas inviabiliza qualquer ação educativa digna desse nome.

É necessário que a gestão escolar se faça consoante com a necessidade da instituição que representa, ou seja, ela precisa contemplar aspectos humanos que não podem ser deixados para trás na educação pública.

Nesse sentido, cabe dizer que, o arquétipo de uma educação tradicionalista tende a ser menos eficiente em um contexto como o que se vive agora, onde os questionamentos surgem com uma força avassaladora e onde professores, procuram se adaptar e adequar a um modelo de funcionamento que pode já ter sido eficaz, contudo, não se encaixa mais nos dias atuais. (Bacich, 2017)

Observando então os efeitos trazidos para o cenário educacional com o surgimento do novo coronavírus, que fez o mundo mergulhar dentro de uma pandemia, constata-se que a ação referente à validação de princípios e de valores, ficou comprometida com a possibilidade de uma nova forma de compreensão sobre a forma como a educação pode ser consolidada.

Observando então esse tipo de ação, chega-se à compreensão de que, as mudanças presentes dentro do cenário educacional motivam de forma precisa a adoção de uma nova postura por todos. Se levado em consideração fatores como a economia e o mercado, por exemplo, que se direcionam especificamente com a condição de oferta educacional de um país, chega-se então à conclusão de que, as mudanças sofridas nesse cenário, se refletem por toda a sociedade, e podem de forma prática, comprometer a qualidade de vida de todos. (Almeida; Teles, 2020).

Com isso, pode-se finalizar esta discussão como entendimento de Silva (2019, p. 88) que diz que:

Ainda cabe ao professor ter clareza e levar os alunos a refletirem sobre o fato de que o conhecimento é um dado relativo, ou seja, que os procedimentos utilizados pelos professores não devem mais se apresentar de forma linearizadas, uma vez que a produção deles se dá em um movimento de ensinar e aprender. Além disso, também é necessário que o professor tenha uma atitude clara diante do processo ensino-aprendizagem, diante da função social da universidade e de todos os outros aspectos que envolvem o fazer na e pela educação. E ainda, é na proposta pedagógica da universidade que o professor deve ver uma possibilidade de reconstrução da mesma, propondo momentos de reflexão, confrontando a ação, principalmente dos



docentes, com o que se apresenta na proposta e desta com a realidade social da universidade.

No Brasil, setor educacional encontra-se dividido, de acordo com Uribe *et al* (2020), é perceptível que até bem pouco tempo atrás a divisão na educação superior elitizava instituições federais de ensino e discriminava órgãos educacionais da rede privada, com isso, imaginava-se que pôr o grau de concorrência ser mais alto, o ensino da educação superior oferecido por instituições federais era mais evoluído. É preciso que se retorne a uma análise etimológica do termo Universal para se discutir resumidamente sobre esta universalização da educação para então direcionarmos o texto ao tema central de sua análise. Assim, tomamos o comentário de Silva (2014, p. 46) que diz que:

A Universalização da educação pressupõe uma capacitação adequada de professores, uma padronização na parte estrutural e acima de tudo uma organização. Todas estas mudanças devem ainda, contemplar uma educação saída, libertadora e capaz de promover uma maior interação do aluno com sua sala de aula. Então, percebe-se que a educação universalizada não é algo que se possa implantar como um modismo facilmente implantável trata-se de um processo delicado que depende de adaptações tanto comportamentais quanto estruturais.

Conforme se tem no pensamento de Bottentuit Junior (2014) percebe-se que a universalização da educação possui características muito singulares que impedem a confusão existente com o que se tem atualmente. Efetivamente não existe uma universalização na educação, mas sim, uma padronização de segmento educacional que valoriza habilidades existentes nos alunos.

3.2 A CONTRIBUIÇÃO DE PAULO FREIRE AO ENSINO DA EJA

Paulo Freire (1999) com sua pedagogia reflexiva, afirma que “os alunos não se evadem da escola, a escola é que os expulsa”. A cada ano, um número expressivo de alunos, deixa as salas de aula muitas vezes por presumir que a escola não foi feita para ele. O espaço escolar possibilita o desenvolvimento de várias identidades, assim como a identificação com estas e a demonstração da identidade que permeiam. Outrossim, Freire enfatiza que a EJA com a pluralidade cultural que possui vem carregada de valores, conhecimentos e saberes, e ao trabalhá-los de forma que todos se reconheçam socialmente e culturalmente num tempo e espaços determinados tornam-se capazes identificarem e compreenderem outras culturas,



valorizando-as e respeitando-as. Sendo está uma possibilidade para que esses sujeitos se transformem e compreendam a complexa vida social em que se inserem.

A EJA teve interferências metodológicas do mestre educador Paulo Freire porque foi ele o responsável pelo método que consiste em uma proposta de alfabetização de jovens e adultos. Freire (2002), traz que é preciso respeitar os saberes com que os educandos chegam à escola, sendo os jovens e adultos dotados de uma gama de conhecimentos de senso comum, mas que fazem parte da sua trajetória de vida e foram construídos culturalmente, a partir da sua vivência com um grupo social, assim faz-se necessária a valorização desses saberes. O educador relata que:

Ensinar inexistente sem aprender e vice-versa e foi aprendendo socialmente que, historicamente, mulheres e homens descobriram que era possível ensinar. Foi assim, socialmente aprendendo, que ao longo dos tempos mulheres e homens perceberam que era possível – depois, preciso – trabalhar maneiras, caminhos, métodos de ensinar (Freire, 1996, pg. 28)

Nota-se que o mestre auxilia no entendimento da EJA e necessidade dessa modalidade buscar a adequação à realidade social e cultural dos jovens e adultos, bem como uma reflexão acerca do trabalho na EJA como formador de cidadãos conscientes e atuantes na sociedade. Acerca da alfabetização na EJA, Freire (2001) destaca que alfabetizar implica muito mais do que o domínio da técnica da escrita e leitura, visto que o ler e escrever permite ao sujeito ressignificar seu estar no mundo. Assim esse ressignificar pode ser entendido como desvendar as formas de organização social, e desenvolver uma consciência crítica que possibilite práticas políticas de mobilização e organização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É incontrovertível que há várias ponderações que necessitam ser aplicadas no contexto social. Nesse sentido, percebe-se que a escola tem uma parcela na formação de cidadãos críticos, conscientes e atuantes na sociedade. Ao longo do presente estudo é possível concluir que a EJA é uma modalidade de ensino importante para o crescimento do indivíduo, pautando em suas perspectivas, desafios sociais e sonhos, visto que retornar à sala de aula é uma forma de crescer e buscar novos horizontes para a vida. A transformação que a EJA pode ocasionar ao sujeito perdido no tempo é de grande valia, alunos que por sua vez, não puderam estudar em sua idade própria, conseguem a continuidade. Pontua-se que esse processo está contido em muitos documentos e diretrizes nacionais tornando-o reconhecido documentalmente.

Destarte, o estudo possibilitou identificar as características específicas das práticas pedagógicas do trabalho com jovens e adultos e a importância das contribuições de Paulo Freire para a modalidade. Segundo o educador a educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação e não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres 'vazios' a quem o mundo 'encha' de conteúdo.

Acerca do docente, é preciso elencar, a preparação nas mudanças e projeções, para incluir adaptações com atitudes assertivas em sala de aula, no qual faz a atividade com os alunos, motivar a reflexão pessoal. Ademais, sempre é necessário observar se os aprendizes estão conseguindo absorver o que está sendo ensinado; a análise metodológica é fundamental para muitos alunos que apresentam dificuldades. Dessa forma, se muitos alunos não conseguem fazer as atividades e apresentam dificuldades nas diversas esferas da educação, é efetivo que o professor se inove, como profissional ativo e participante, como forma majoritária de transmissão do saber.



REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, T. J. B. **Abordagem dos temas transversais nas aulas de ciências do ensino fundamental, no distrito de Rembepe, município de Camaçari-BA.** Condoba-revista virtual. Salvador, v.2, n.1, p.1-13, jan/jun 2006.
- ANDRADE, E. R. **Os jovens da EJA e a EJA dos jovens.** In: OLIVEIRA, I. B.de; PAIVA, J. (Org.). Educação de jovens e adultos. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p. 43- 54.
- ALMEIDA, S, G; TELES, C, C; **Sala de aula invertida: relato de experiência em educação a distância e presencial com uso de ambiente virtual de aprendizagem na graduação.** Em Rede - Revista De Educação a Distância, 5(3), 599-625. 2020.
- AMADO, J. S. **Interação pedagógica e evasão escolar na aula.** Porto: Asa, 2017.
- BACICH; Lilian, MORAN; José. **Metodologias Ativas para uma Educação Inovadora: Uma Abordagem Teórico-Prática** eBook Kindle. 2017. Penso; 1ª Edição.2017.
- BASTOS, João B. (org). **Supervisão Democrática.** Rio de Janeiro: DP&A, 2012.
- BERGMANN, Jonathan; SAMS, Aaron. **Sala de aula invertida: uma metodologia ativa de aprendizagem.** Trad. Afonso Celso da Cunha Serra.1Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.
- BOTTENTUIT JUNIOR, João Batista; SANTOS, Camila Gonçalves. **Revisão Sistemática da Literatura de Dissertações Sobre a Metodologia Web Quest.** Revista EDUCAONLINE. Volume 8 - No 2 – Maio/Agosto de 2014.
- BRASIL. **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** 11. ed. Brasília: Centro de Documentação e Informação: edições Câmara, 2015.
- BRASIL. **Educação para jovens e adultos: ensino fundamental: proposta curricular-1º segmento/** coordenação e texto final (de) Vera Maria Masagão Ribeiro; -São Paulo: Ação Educativa; Brasília: MEC, 2001.
- BRASIL. **Lei n. 9394.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação de jovens e adultos.** Brasília, 2000.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação.** Brasília, 2000.
- BRASIL. Secretaria de Educação. **Ampliação do ensino para nove anos: 3º relatório do programa.** Brasília: Ministério da Educação, 2006.



CARITA, A.; FERNANDES, G. **Evasão escolar: Como prevenir? Como remediar?** Lisboa: Presença, 2013.

COSME, A. Escolas e professores no séc XXI: exigências, desafios, compromissos e respostas. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 17, n. 53, p. 757-776, 2017.

CORNIDE, H, C; VILLARROEL, R, H. **Método para Promover el Aprendizaje Colaborativo en Ingeniería de Software.** Formación Universitaria Vol. 12 Nº 4 – 2019.

CUNHA, M. J. dos S. Formação de professores: um desafio para o século XXI. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL GALEGO-PORTUGUÊS DE PSICOPEDAGOGIA, 10., 2009. Braga, Portugal. **Anais [...]** Braga, Portugal: Universidade do Minho, 2009. p. 1048-1056.

DANTAS, Elaine Luciana Sobral. **Educação, cultura, currículo e conhecimento: sentidos da discussão.** 2016. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

ESTRELA, M. T. **Relação pedagógica, disciplina e evasão escolar na aula.** 3. ed. Portugal: Porto, 2018.

FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre alfabetização.** 26. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FREIRE, Paulo. **A educação na cidade.** 3 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

FREIRE. **Pedagogia do Oprimido.** 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa,** 2002.

FREIRE. **Política e educação.** 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREITAS L, P, S R; CAMPOS, A, F. **O método de estudo de caso de harvard mediado pela sala de aula invertida na mobilização de conhecimentos no ensino-aprendizado de química.** *Educación Química*, Vol. 29 | Núm. 3 | Págs. 22 - 34 | Agosto 2018.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Dia D da BNCC: 12 razões para não ser coadjuvante.** 2018.

FLORES, L, G; BUCHELI, M, G, V; TAPIA, J, M. **Clase invertida para el desarrollo de la competencia: uso de la tecnología em estudiantes de preparatória.** *Revista Educación*, 2020.

GADOTTI, Moacir. **Escola Cidadã.** 10. Ed. São Paulo: Cortez, 2014.



GAIARSA, Amorim de. **A Supervisão Escolar Como Facilitadora da Aprendizagem do Aluno Na Escola.** Editora Ática 2016.

GARCIA, J. **Evasão escolar na escola.** *Revista Paranaense de Desenvolvimento.* Curitiba, n. 95, p. 101-108, jan./abr. 2014.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2008. 207 p.

GOBBATO, Heliana Lia Tissiani. **A educação brasileira no contexto das políticas educacionais: do direito à obrigatoriedade.** In: SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 4., 2016, Joaçaba. Anais do... Joaçaba, SC: Unoesc, 2016. p.85-110.

GRACINDO, Regina Vinhaes. **Gestão democrática nos sistemas e na escola.** Brasília: Universidade de Brasília, 2012.

HAJE, Lara. **Fórum Nacional de Educação considera Base Nacional Curricular Comum ilegítima.** Câmara dos Deputados: Brasília, 2017.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade.** Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins, 2013.

KIRK, J. & MILLER, J. (1986) *Reliability and validity in qualitative research.* Beverly Hills, Califórnia: Sage, apud SPINK, M.J.P. (1993) O estudo empírico das Representações Sociais. In: SPINK, M.J.P. (org.) O Conhecimento no Cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense.

LEMOS, André. **Cibercultura, tecnologia e vida social na cultura contemporânea.** Porto Alegre: Sulina, 2013.

LIBÂNEO, Carlos José, OLIVEIRA, João Ferreira, TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

LIBÂNEO, J. C. **Adeus professor, adeus professora?** Novas exigências educacionais e profissão docente. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LIMA, Antônio B. de (org.) **Estado, políticas educacionais e gestão compartilhada.** São Paulo: Xamã, 2013.

MACHADO: Paulo Henrique. **Supervisão e Educação: Fundamentos Educacionais.** Editora Maceió. 2015.

MALISKA, K.H. **Mediação e docência:** a similaridade de termos pertinentes ao ensino-aprendizagem. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MASETTO, M. T. Desafios para a docência no Ensino Superior na contemporaneidade. In: CAVALCANTE, M. M. D.; SALES, J. A. M. de; FARIAS, I. M. S. de F.; LIMA, M. do S. L. (org.).



Didática e prática de ensino: diálogos sobre a escola e formação de professores e a sociedade. Fortaleza: EdUECE, 2015. v. 4, p. 779-795.

MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão. *et al.* **A base nacional comum curricular: um novo episódio de esvaziamento da escola no Brasil.** *Geminal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 9, n. 1, 2017.

MEDINA, A. S. **Profissional da educação: parceiro político-pedagógico do professor.** In: RANGEL, M; SILVA JUNIOR, C. A. (Orgs.). **Nove olhares sobre a supervisão.** 10. ed. Campinas: Papirus, 2014.

MINUSCOLI, Maritânia Ferrazzo. **Políticas públicas e educação no Brasil: uma breve análise da (des) construção de uma consolidação da educação como direito.** In: IV SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 4., 2016, Joaçaba. *Anais do...* Joaçaba, SC: Unoesc, 2016. p.111-127.

NEVES, Vanessa Ferra Almeida; CASTANHEIRA, Maria Lúcia; GOUVÊA, Maria Cristina Soares. **O letramento e o brincar em processos de socialização na educação.** *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 60, p.215-244, jan./mar. 2015.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **A gestão democrática da educação.** In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Ângela da S. **Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos.** São Paulo: Cortez, 2014.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação – SEED. **Diretrizes curriculares da educação básica – língua portuguesa.** Curitiba: SEED, 2008.

PORTELA, G.L. **Abordagens teórico-metodológicas.** Projeto de Pesquisa UEFS, 2004.

PARO, V. H. **Gestão Democrática da Escola Pública.** São Paulo: Ática, 2013.

REIS, Fábio Pinto Gonçalves dos; CUNHA, Delcimar de Oliveira. **Políticas públicas e a educação brasileira: problemas, embates e armadilhas.** In: PIMENTA, Carlos Alberto Máximo; ALVES, Cecília Pescatores. (Org). *Políticas públicas e desenvolvimento regional.* Campina Grande: Edupeb, 2018. 211 p. ISBN 978-85-7879-016-5.

ROJO, Roxane. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social.** São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

SANTOS, Carmi Ferraz. **Alfabetização e letramento: conceitos e relações.** Carmi Ferraz e Marcia Mendonça (organização). 01. ed. 1 reimp: Belo Horizonte: Autentica, 2007.

SANTOS, João Vitor. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC: documento determina currículo comum em todo o país para Educação e Ensinos Fundamental e Médio.** *Revista do Instituto Humanitas da Unisinos: OHU on-line*, ano XVII, n. 516, dez. 2017.



SARGIANI, Renan de Almeida. **Fases iniciais da aprendizagem da leitura e da escrita em português do Brasil: efeitos dos fonemas, gestos articulatórios e sílabas na aquisição do mapeamento ortográfico.** 2016. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e Desenvolvimento Humano) - USP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

SEVERINO, Sanmya Feitosa. **Informática na Educação: novas ferramentas pedagógicas para o professor na atualidade.** 7ªed. São Paulo: Érica, 2017.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo.** 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

TRICHES, Eliane de Fátima; ARANDA, Maria Alice de Miranda. **A formulação da base nacional comum curricular (BNCC) como ação da política educacional: breve levantamento bibliográfico (2014-2016).** Revista on-line de extensão e cultura: Dourados, v. 3, n. 5, p. 81-98, jun. 2017. ISSN 2358-3401.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Políticas e gestão da educação básica: revisitando conceitos simples.** Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, Recife, v. 23. n. 1. p. 53 – 69, jan./abr. 2015.

VYGOTSKY, L. S. **A formação Social da Mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** Tradução de J. C. Neto, L. S. M. Barreto & S.C. Afeche), 7. ed. São Paulo: Ed. Martins Fontes. 2007. (Original publicado em 1978).